COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

REQUERIMENTO N°_____, DE 2025

(Do Sr. Deputado MÁRCIO MARINHO)

Requer realização de audiência pública com o tema "O desenvolvimento e fortalecimento da cadeia produtiva do coco no Brasil e os seus desafios para regulamentação e elaboração de padrões de qualidade".

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais a realização de uma audiência pública, no âmbito desta Comissão para subsidiar os debates acerca da temática "O desenvolvimento e fortalecimento da cadeia produtiva do coco no Brasil e os seus desafios para regulamentação e elaboração de padrões de qualidade da industria nacional".

A cadeia produtiva do coco representa uma das atividades agroindustriais mais importantes para o desenvolvimento econômico e social das regiões Norte e Nordeste do Brasil, empregando milhares de trabalhadores e gerando renda especialmente para a agricultura familiar e comunidades tradicionais. Atualmente, o Brasil ocupa posição de destaque no ranking mundial de produção de coco, com destaque para os estados da Bahia, Ceará, Pernambuco e Pará.

Entretanto, apesar de seu enorme potencial produtivo e mercadológico, o setor enfrenta sérios desafios estruturais, como a ausência de **regulamentações específicas** para produtos derivados do coco (como água, óleo, farinha e fibra), lacunas na **padronização da qualidade**, além de entraves logísticos, tecnológicos e comerciais que comprometem sua competitividade no mercado interno e externo.





CÂMARA DOS DEPUTADOS GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL MÁRCIO MARINHO -

Diante disso, propõe-se a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão, com o objetivo de:

- Diagnosticar os principais gargalos enfrentados pelos produtores e indústrias de coco no Brasil;
- Discutir propostas de regulamentação técnica e sanitária;
- Promover a elaboração de padrões de qualidade nacionais;
- Avaliar mecanismos de fomento, inovação tecnológica e rastreabilidade da produção;
- Estimular a articulação com políticas públicas já existentes, como o PAA, o PNAE e o PGPM.

Para a ocasião, sugerimos que sejam convidados:

- Sr. Hugo Caruso Diretor do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal – DIPOV, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA;
- Sr. Clecivaldo de Sousa Ribeiro Diretor dp Departamento de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas e de Indicações Geográficas - DECAP, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA;
- 3. Representante da Embrapa Tabuleiros Costeiros
- Dr. André de Souza Dutra Representante da Embrapa Agroindustria de Alimentos – RJ;
- 5. **Dr. Gustavo Adolfo S Pinto** Representante da Embrapa CE;
- Sr. Reinaldo Ribeiro do Nascimento Presidente da Associação Nacional dos Produtores de Coco – APROCOCO BRASIL;
- Sr. Alexandre Noia Lyra, Presidente da Associação dos Produtores de coco de Alagoas – PROCOCO – ALAGOAS;
- 8. **Sr. Fernando Florence** Representante do Sindicato Nacional de Produtores de Coco; e
- Sr. Márcio Lopes de Freitas Presidente da Organização das Cooperativas do Brasil - OCB

JUSTIFICATIVA

A recente sanção da Lei nº 14.975/2024, que institui a Política Nacional de Incentivo à Cocoicultura, reforça a urgência de um debate público qualificado,





capaz de integrar produtores, pesquisadores, técnicos, representantes do governo e da indústria na formulação de diretrizes e normativas que fortaleçam a cadeia do coco de forma sustentável e integrada.

Desta forma, torna-se indispensável discutir, em audiência pública, os encaminhamentos para que se estabeleçam os procedimentos necessários à devida regulamentação desta Lei, viabilizando a evocação dos instrumentos previstos e o alcance dos seus objetivos.

A audiência também permitirá ouvir os anseios dos pequenos e médios produtores, associações, cooperativas, técnicos da Embrapa, órgãos de fiscalização e representantes da indústria nacional, contribuindo para a construção de uma agenda legislativa consistente, alinhada às demandas reais do setor.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nossos pares no sentido de aprovar o Requerimento.

Sala da Comissão em, de junho de 2025.

MÁRCIO MARINHO

Deputado Federal Republicanos/BA



